

Portugal é amigo da arbitragem

quarta, 08 outubro 2014



“Portugal é um país moderno e amigável para a arbitragem”, dizem os organizadores do IV Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra, que começa esta quinta-feira, dia 9, e continua até sábado, 11 de outubro, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Em entrevista ao *Advocatus*, o sócio da PLMJ José Miguel Júdice e o sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados António Pinto Leite fazem o ponto da situação da arbitragem em Portugal.

“O IV Encontro de Coimbra insere-se numa sequência de Encontros anteriores que tiveram grande impacto na comunidade arbitral e jurídica, em particular portuguesa, brasileira e espanhola”, explicam os organizadores. “Os Encontros de Coimbra integram hoje o roteiro científico da arbitragem internacional. O objetivo de consolidação de um grande evento internacional de arbitragem em Portugal, com foco particular nos países de língua portuguesa e castelhana, foi inteiramente conseguido. O objetivo agora é procurar fazer um pouco melhor todos os anos e estamos entusiasmados com o programa deste ano”, dizem.

Os organizadores justificam a existência de uma sessão de sub-40: “A arbitragem é uma atividade de futuro e o envolvimento de uma nova geração de árbitros é essencial. Cada vez mais são designados árbitros mais jovens, alguns já com significativa experiência. Para os mais novos é essencial conhecerem-se entre si e darem-se a conhecer, criando com tempo as relações que lhes permitirão no futuro afirmar-se nesta área”.

Os dois advogados consideram que “a arbitragem está em grande expansão e afirmação”. “Está criada a comunidade arbitral portuguesa, cada vez maior e mais qualificada. Está em curso a afirmação internacional dos árbitros portugueses, tendo sido nomeados pela CCI mais árbitros nos últimos meses do que nos últimos anos. E está adquirida a confiança entre a magistratura judicial e a arbitragem: pode hoje dizer-se no estrangeiro que Portugal é um país moderno e amigável para a arbitragem. Notamos, ainda, que embora se preserve uma elite de árbitros de grande reconhecimento e prestígio, estamos a evoluir para a democratização do exercício das funções de árbitro”.

“Depois da nova Lei de Arbitragem Voluntária, uma excelente lei que entrou em vigor em 2012, outro aspeto merece destaque: foi dado grande dinamismo ao principal centro de arbitragem português, o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria, cujo regulamento foi alinhado pelas melhores práticas internacionais”, referem. “A comunidade arbitral portuguesa devia unir esforços para valorizar um grande centro de arbitragem em Lisboa, que venha a ser obrigatoriamente ponderado pelos estrangeiros, sobretudo de línguas portuguesa e espanhola, como uma das principais opções como sede de arbitragens internacionais”.

Segundo os organizadores, “a arbitragem não conflitua com os tribunais do Estado, é apenas um meio alternativo de resolução de litígios”. “No plano interno, a justiça está mais célere e a capacidade de resposta dos tribunais está a aumentar significativamente”, referem. “A morosidade do judiciário poderá vir a deixar de ser um argumento para se escolher a arbitragem. Já a especialização, a possibilidade de participar na escolha do tribunal e a confidencialidade manter-se-ão como fatores de preferência por parte dos usuários da arbitragem. E os custos: as atuais custas judiciais são um absurdo, sendo mais barato recorrer à arbitragem a partir de certo valor da causa (à volta dos 3 milhões de euros). Parece mentira, mas a arbitragem ofereceu ao mundo empresarial um sistema de resolução de litígios mais barato do que aquele que o Estado oferece”.

António Pinto Leite e José Miguel Júdice destacam “dois grandes desafios” que a arbitragem enfrenta em Portugal: “a credibilidade e a internacionalização”. “De nada vale a arbitragem estar consagrada na Constituição se os árbitros não forem independentes, imparciais e capazes”, afirmam. “A arbitragem vale o que valerem os árbitros. E a internacionalização: a comunidade arbitral portuguesa ainda é demasiado doméstica. Sair de Portugal dez vezes por ano devia ser um desafio para muitos”, acrescentam.

Questionados sobre as características que um árbitro reunir, respondem: “Seriidade, acima de tudo. Qualidade jurídica e especialização na área a que cada litígio respeita. Saber Direito. Ter bom senso, o que a experiência de vida muito ajuda. Ter autoridade natural, sentido de gestão e estar disponível. E pensar a arbitragem como um serviço e não como um negócio, porque assim contribuirá para o desenvolvimento da arbitragem e receberá as melhores oportunidades para atuar como árbitro”.

sd@briefing.pt